

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 11 de outubro de 2000

Ano 2 Nº 37

Assembléia volta a ter sessões normais

Depois de três meses de vigência do calendário especial e com o término das apurações das eleições municipais no Estado, a Assembléia volta a seguir seu calendário normal de atividades. Até o início do recesso parlamentar, que se inicia em 15 de dezembro, as sessões legislativas para a votação de projetos e outras matérias voltam a ocorrer de terça à quinta. As segundas-feiras serão destinadas para as sessões solenes, especiais ou audiências públicas das Comissões Técnicas da Casa.

As reuniões das Comissões para a apreciação dos projetos de lei também voltam a obedecer o calendário elaborado no início do ano. O mesmo vai ocorrer em relação às Comissões Parlamentares Externas e Especiais, criadas, por exemplo, para acompanhar a situação dos presídios catarinenses e o problema da febre aftosa, além de outros procedimentos legislativos.

Seis horas para Judiciário

A Comissão de Justiça aprovou nesta terça-feira (10) o parecer favorável do relator da matéria, deputado Jaime Duarte (PPS), ao projeto que institui a redução no horário de atendimento do Judiciário, que desde 1º de julho diminuiu a jornada de trabalho de oito para seis horas diárias.

Os deputados também aprovaram uma emenda modificativa propondo a manutenção de plantões matutinos para o atendimento nos cartórios judiciais e prestação de serviços de protocolo e contabilidade. Segundo o relator, a emenda atende aos interesses da população envolvida com as atividades judiciárias.

Duarte disse que a proposta da manutenção dos plantões surgiu depois de várias audiências com entidades ligadas à área da Justiça.

O parecer e a emenda do relator foram aprovados na CCJ por unanimidade. A votação do projeto em Plenário deverá ocorrer nesta quarta-feira (11).

Esforço concentrado até o final do ano

Segundo o presidente da Casa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), muitos trabalhos aguardam os parlamentares, pois existem mais de cem projetos em tramitação nas Comissões. Entre eles destacam-se o que altera os critérios para distribuição do ICMS, o que institui a Lei Orgânica do Ministério Público, o que proíbe o porte e comercialização de armas de fogo em Santa Catarina e o que altera a jornada de trabalho do Tribunal de Justiça. Há, ainda, o projeto relativo à instituição do Fundo Penitenciário do Estado e o que disciplina o uso de armas pela polícia em manifestações e atos públicos.

Além disso, tramitam proposições para que seja autorizada a abertura de créditos especiais para diversos órgãos públicos, alterado o Plano Plurianual, vedada a contratação de parentes para cargos comissionados estaduais e municipais e proibida, em todo o Estado, a venda de cigarros a menores, bem como inúmeros vetos do governador a projetos de origem parlamentar e governamental.

Quanto ao Orçamento 2001, que já tramita na Casa, o parlamentar afirmou que o Orçamento Regionalizado (OR) vai percorrer as nove regiões do Estado, num trabalho coordenado pela Comissão de Finanças e Tributação. Disse também que 3% do Orçamento deve ser aplicado



Presidente Gilmar Knaesel

em obras requeridas por lideranças através do OR.

Knaesel citou ainda o trabalho das CPES da Barragem do Rio São Bento, da Febre Aftosa e dos Presídios, o projeto que altera a fórmula de cálculo do ICMS dos municípios, bem como a alteração do artigo 170 da Constituição Estadual e a emenda constitucional que trata da autonomia da Udesc.

**CCJ aprova
plebiscito sobre o
Besc**

Página 5

**CPI ouvirá
depoimento de
vereador**

Página 4

**Três suplentes
assumem em
janeiro**

Página 8

OPINIÃO

PPS tem o maior crescimento no País



O PPS enfrentou neste 1º de outubro o maior desafio de toda a sua recente história: as eleições municipais. Organizado em todos os estados e com lideranças no Senado e na Câmara Federal, o partido confirmou a tendência de crescimento, que vem ocorrendo desde o início do ano passado, quando foi desencadeada uma campanha de novas filiações.

Apurados os votos de quase 100% das urnas, o PPS foi o partido que mais cresceu em número de prefeitos eleitos em todo o País: 163. Em 1996, a sigla elegeu 33. Na disputa às Câmaras Municipais, o partido elegeu 2.543 representantes, contra 490 nas últimas eleições.

Assim, os resultados dessas eleições municipais refletem o resultado obtido por Ciro Gomes em 1998, quando foi candidato à presidência da República: 11% do eleitorado, ou seja, mais de oito milhões de votos.

No nosso Estado, os números conseguidos pelo PPS – partido que tenho a honra de presidir – não foram os que idealizamos, mas saímos vitoriosos ao elegermos o prefeito de Nova Trento, Godofredo Luiz Tonini.

Além de um prefeito, elegemos sete vices e 44 representantes nas Câmaras Municipais. Em 1996, o PPS tinha dois vice-prefeitos (Blumenau e Chapecó) e um vereador em todo o Estado. É com esse crescimento que o PPS se consolida enquanto partido e ganha força para chegar ao poder.

E por falar em poder, os resultados dessas eleições mostraram à sociedade que o poder local precisa estar mais comprometido com as causas sociais. O eleitor não vinculou o seu voto às discussões nacionais. Ele deixou claro que quer investimentos em educação, saúde, transporte e segurança, entre outros.

O PPS deixou de ser um partido pequeno e simpático para transformar-se em condutor de esperanças. O resultado dessas eleições demonstraram que a sociedade já o vê como instrumento efetivo e competente de ação política.

Deputado Jaime Duarte (Líder do PPS)

A valorização da coerência pelo PT



A reeleição em Chapecó e Blumenau, o significativo crescimento do PT, obtido com as conquistas em Criciúma, Rio do Sul e Concórdia, além de centros menores, e o seu avanço nas principais capitais do país expressam a aprovação popular da coerência política demonstrada pelo partido. Tanto no âmbito do Executivo, com o sucesso do “modo petista de governar”, quanto na sua prática oposicionista, o PT tem demonstrado sua grande coerência,

isto é, a perfeita sintonia entre seu discurso e sua prática.

As administrações municipais petistas possuem um estilo todo próprio, e a população mostrou que sabe distinguir e valorizar essa característica. O Orçamento Participativo, através do qual o controle sobre a aplicação dos recursos públicos é ampliado, com os cidadãos podendo interferir diretamente nos critérios de escolha das obras públicas prioritárias em seus bairros; a Bolsa Escola e o Banco do Povo são apenas alguns exemplos da manutenção do compromisso que o PT mantém com os setores populares.

A fiscalização exercida pelos parlamentares petistas, cobrando investimentos na área social e apresentando propostas

alternativas, viáveis e criativas, evidencia que a prática política democrática se constrói com o diálogo, estabelecido entre aqueles que verdadeiramente almejam melhor condição de vida para a maioria da população. Governo e oposição que demonstram coerência política não temem a transparência nem a ampliação do debate democrático sobre a prioridade em obras, tampouco temem o controle popular sobre o destino dado às verbas públicas.

Finalmente, a aprovação popular obtida pelo PT, manifestada na expressiva votação conseguida pelos candidatos do partido, deve-se também à rejeição pela população de velhas práticas eleitoreiras, demonstradas por aqueles que só aparecem nos períodos eleitorais, fazendo promessas e querendo comprar votos, porque, na verdade, não têm propostas.

A distância entre o discurso e a prática está cada vez mais clara para o nosso eleitorado, e isso ocasiona um amadurecimento político. O PT está dando uma grande contribuição para o desenvolvimento de uma cultura política democrática em nosso país apenas por seu exemplo, por sua atuação ética, que o impede de fazer qualquer aliança visando apenas alcançar o poder. Felizmente, nossa população está demonstrando que sabe valorizar a coerência política!

Deputado Pedro Uczai (PT)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Noeli Livi
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Margareth Genovez
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

TVAl chega à terceira cidade do Estado

O presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), inaugurou no último dia 22 as operações da televisão do Poder Legislativo, desta vez em Balneário Camboriú. A solenidade foi realizada no Hotel Fischer e contou com a presença de autoridades e convidados especiais. As imagens são geradas pela TVA, canal 23.

A TVAl foi inaugurada em Florianópolis no dia 25 de outubro de 1999, e sua primeira expansão foi em Blumenau no dia 30 de agosto passado, em comemoração aos 150 anos de colonização alemã daquele município.

A expansão da TV Assembléia Legislativa - TVAl - faz parte do plano da atual Mesa Diretora do Legislativo, que é levar a programação da emissora, via-satélite, a todos os municípios catarinenses que possuam o sistema de televisão a cabo. Até o final do ano, também as cidades de Joinville, Jaraguá do Sul, Chapecó, Concórdia, Rio do Sul, Joaçaba, Criciúma e Lages estarão recebendo a programação. Segundo o presidente Knaesel, em breve a TVAl estará transmitindo ao



Autoridades presentes ao início das operações daTVAl em Balneário Camboriú

vivo as reuniões das Comissões Técnicas, as sessões ordinárias e qualquer outro evento relevante que esteja sendo realizado pelo Poder Legislativo.

Ainda de acordo com o parlamentar, a intenção da Assembléia, com a im-

plantação de sua própria emissora de televisão, é mostrar à sociedade o trabalho que está sendo desenvolvido pelos deputados estaduais na atual Legislatura e, conseqüentemente, melhorar ainda mais a imagem do Poder perante a população catarinense.

Sché é candidato à presidência da AL

O vice-presidente da Assembléia, deputado Heitor Sché (PFL), foi o primeiro parlamentar a assumir publicamente sua condição de candidato à presidência do Poder Legislativo para os próximos dois anos. A eleição para a composição da Mesa Diretora será em 15 de fevereiro de 2001.

O lançamento da candidatura foi feito na última semana pelo próprio deputado pefelista, da tribuna do Plenário. O primeiro a ser comunicado oficialmente foi o atual presidente, deputado Gilmar Knaesel (PPB), a quem Heitor Sché aproveitou para solicitar apoio e voto.

A partir desta semana, Sché promete



Deputado Heitor Sché

intensificar sua campanha, inicialmente procurando o respaldo dos próprios companheiros de bancada, dos demais partidos que integram a coligação Mais Santa Catarina (PPB, PFL, PTB, PSDB) e, posteriormente,

das siglas de oposição.

O parlamentar reconhece que terá que contar com o voto das oposições para concretizar seu projeto político. Além disso, será importante angariar a simpatia dos companheiros do PPB, PTB e PSDB, pois estes partidos podem decidir não apresentar candidato.

A previsão é que a partir de agora o processo da sucessão seja acelerado, porque faltam praticamente três meses para que o parlamento

catarinense escolha os novos integrantes de sua Mesa Diretora para o biênio 2001/2003.

Sché, que está em seu quarto mandato parlamentar, já foi presidente da Assembléia no período de 1989 a 1991.

COMISSÕES

CPI do Narcotráfico prioriza atividades

Os parlamentares que integram a CPI que investiga o narcotráfico e o crime organizado em nível estadual, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), estiveram reunidos nesta segunda-feira (9) com a força-tarefa para priorizar as atividades a serem desenvolvidas até o fim dos trabalhos, marcado para o dia 15 de novembro.

Ficou reiterada a presença do vereador Juarez Silveira, de Florianópolis, para o dia 16 deste mês, a fim de prestar depoimento a respeito de um dossiê que circulou antes das eleições contendo denúncias sobre macrocriminalidade e tráfico de drogas, que estão sendo investigadas pela CPI.

O deputado Blasi decidiu aguardar até esta quarta-feira a apresentação, pelos parlamentares, dos nomes dos depoentes a serem ouvidos nas próximas reuniões. Adiantou que serão realizadas novas diligências regionais, especialmente nas regiões Sul e Oeste do Estado, para a tomadas de alguns depoimentos



Deputados Adelor e Blasi

pendentes, o que já ficou definido para essas duas regiões.

Blasi informou, ainda, que as investigações relativas ao empresário Paulo Cesar Machado, de Joinville, suspeito de estelionato e outros delitos, já foram concluídas e as informações repassadas ao relator Adelor Vieira (PMDB). Finalmente, ficou deliberado que as mais de 300 denúncias enviadas através do

telefone 0800 48 6261 serão repassadas ao Fórum Permanente, que irá substituir a CPI após o término dos trabalhos, para serem posteriormente investigadas.

Até o final deste mês, os membros da força-tarefa (Polícias Federal Civil e Militar, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil) devem entregar ao deputado Adelor um relatório de suas atividades investigativas, que servirão de subsídio para o parla-

mentar elaborar o documento final da CPI.

Curso – O deputado Adelor embarca na próxima semana (16) para o Rio de Janeiro, onde participa, como convidado, de um curso na Escola Superior de Guerra. O curso terá duração de duas semanas e tem como objetivo um estudo mais aprofundado a respeito do narcotráfico, do crime organizado e da segurança no hemisfério sul.

Projeto quer dificultar uso de celular por criminosos

A obrigatoriedade da identificação do adquirente de telefone celular do tipo cartão, crédito antecipado ou assemelhado é o foco do projeto de lei apresentado pelo Deputado Jaime Mantelli (PDT), resultante de sua participação na CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado.

O líder pedetista observou, no desenrolar da CPI e nos contatos com órgãos ligados ao combate à criminalidade, a crescente utilização do telefone celular por quadrilheiros, bem como a impossibilidade de rastreamento, o que inviabiliza a quebra do sigilo telefônico em caso de investigações.

O projeto atribui às operadoras de telefonia celular a obrigatoriedade de providenciar cadastro atualizado de identificação formal dos adquirentes de celulares. Estes, por sua vez, terão que informar por escrito eventuais transferências de telefones a terceiros, sob pena de, em caso de omissão, tornarem-se co-responsáveis pela utilização

indevida.

Quem não informar os dados para cadastramento terá seu celular bloqueado. A desobediência à lei, caso o projeto seja aprovado, implicará em multa de 10 mil Ufirs (Unidades Fiscais de Referência) para operadoras, estabelecimentos credenciados ou detentores dos direitos sobre a linha telefônica, sendo que no caso de uso delituoso a multa passa para 500 mil Ufirs. Os valores arrecadados serão destinados integralmente a programas de combate à criminalidade no âmbito estadual.

O projeto prevê, ainda, o imediato atendimento pelas operadoras às solicitações de instalação de equipamentos de escuta e gravação de conversas telefônicas determinadas por órgãos



Deputado Jaime Mantelli

favorece a criminalidade”, explica o deputado.

O projeto, segundo ele, foi amadurecido nas reuniões com os deputados membros da CPI do Narcotráfico, com integrantes da força-tarefa de apoio e com a assessoria técnica. “Trata-se de iniciativa deste parlamentar, mas é resultante do trabalho coletivo”, completa Mantelli.

(foto Solon Soares)

políciais, respitada a legislação vigente.

“Hoje, a situação está fora de controle, pois o Poder Público desconhece o número de linhas já comercializadas e quantas encontram-se ativas. Não se sabe como localizar os proprietários desses telefones, e isso

COMISSÕES

Aprovado plebiscito sobre o Besc na Comissão de Justiça

A Comissão de Justiça aprovou nesta terça-feira (10), por maioria, o projeto de decreto legislativo que instala um plebiscito sobre a federalização do Besc, de autoria da deputada Ideli Salvatti, do PT, e do deputado Ronaldo Benedet, do PMDB. Com a aprovação na Comissão, o projeto que permite a população catarinense opinar sobre o futuro do banco estadual deve entrar na pauta de votação do Plenário na próxima semana.

Para a deputada Ideli, cada vez mais se torna evidente a necessidade da população pronunciar-se sobre o processo de federalização e privatização do Besc. "O plebiscito é fundamental para saber se os catarinenses querem o que está

previsto: a privatização do banco, o fechamento de agências, a demissão de quase metade dos funcionários e o pagamento de uma dívida de quase R\$ 2,5 bilhões ao longo de mais de 30 anos", explica a deputada, referindo-se ao empréstimo aprovado no final do ano passado pelo Senado para "sanear" o Besc.

A deputada recorda o caso do Banestado, cuja federalização significou um endividamento de R\$ 5 bilhões para o Estado do Paraná, mas o leilão de privatização aponta para a venda do banco por apenas R\$ 400 milhões - menos de 10% do valor do endividamento. "Seguindo esta tendência, o Besc seria vendido por menos de R\$ 200 milhões. Por isso, a importância da população opinar sobre o tema".

CPE para fiscalizar radares eletrônicos

O deputado Manoel Mota (PMDB) está propondo, por requerimento, a formação de uma Comissão Parlamentar Externa (CPE) para fiscalizar as licitações e os contratos firmados entre empresas de radares eletrônicos, prefeituras e o Estado, via Detran. "Precisamos de uma análise detalhada dos contratos em vigor e um estudo apurado sobre a situação do controle de velocidade em Santa Catarina. O motorista precisa saber como funciona o sistema de remuneração das empresas, a eficiência desse sistema e o cumprimento das normas de sinalização", justifica. Os radares em Santa Catarina passaram a funcionar a partir de 1994, sendo o nosso Estado um dos pioneiros na utilização dos aparelhos de redução da velocidade.

A iniciativa de Mota prevê que a CPE, após o encerramento dos trabalhos, elabore sugestões necessárias ao funcionamento do sistema, bem como as exigências para a implantação do controle de tráfego por radares nas cidades catarinenses. "O ideal seria que essas exigências estivessem amparadas por uma lei estadual", opina.

Região Sul terá projeto sobre plantas medicinais

A Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Nelson Goetten de Lima (PPB), esteve reunida nesta semana (10) com o objetivo de discutir a elaboração de um projeto relativo a plantas medicinais, que será apresentando durante o 1º Encontro da Rede Sul Brasileira pela Vida, a realizar-se no final de março de 2001 em Florianópolis. O evento servirá para a aprovação de um projeto de lei comum aos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Esteve presente na Comissão Maria Helena Braga, coordenadora da Rede no Rio Grande do Sul.

Os objetivos do projeto são o aprimoramento profissional, a capacitação de técnicos para ministrar cursos sobre plantas medicinais, aromáticas e condimentos com base em diagnóstico e identificação botânica, o planejamento e produção ecológica, o beneficiamento, a armazenagem, a comercialização, entre outros aspectos, como geração de emprego e renda.

Além disso, o projeto visa capacitar agricultores e lideranças da área rural para ações de identificação de espécies medicinais, planejamento e desenvolvimento da produção ecológica de



(foto Salam Soares)

Comissão de Saúde busca capacitação de técnicos

plantas com poder de cura, aromáticas e de condimentos, bem como para os aspectos legais, organização de grupos de produção e venda dessas plantas.

Os cursos para capacitação serão realizados após a votação do projeto nos três estados do Sul e serão destinados aos técnicos agrícolas que atuam nas mais diversas regiões de cada unidade

federativa, em municípios a serem indicados posteriormente, e que se comprometam a organizar, promover e ministrar cursos de qualificação na área de plantas medicinais.

Nova reunião para continuar as discussões relativas ao projeto está marcada para o próximo dia 1º de novembro na Assembléia Legislativa.

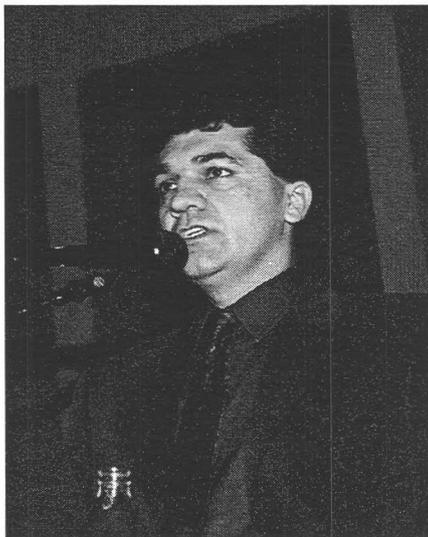
PLENÁRIO

Clésio encaminha projeto para a área ambiental

Está tramitando na Assembléia projeto de lei de autoria do deputado Clésio Salvaro (PFL) que dispõe sobre o licenciamento ambiental de atividades minerárias. O projeto visa estabelecer diretrizes para a criação de áreas de zoneamento minerário em Santa Catarina e coordenação dos processos de licenciamento ambiental. O objetivo da proposta, de acordo com o parlamentar, é “dotar o Estado de Santa Catarina de política de impacto ambiental que contemple um diagnóstico, um plano e um relatório de controle ambiental”.

Os princípios desta propositura estão delineados na Carta Magna de 1988, que disciplinam a compatibilização da atividade de mineração com a proteção do meio ambiente e definem os instrumentos da administração pública para a consecução deste objetivo e a obrigação daquele que efetua o aproveitamento dos recursos minerários.

Pela nova lei, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Clésio Salvaro

forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; o conjunto dos seres animais e vegetais de uma região; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

Rio do Campo: Capital das Origens e do Colono

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) apresentou projeto de lei que declara o município de Rio do Campo “Capital Catarinense das Comemorações sobre as Origens e o Colono”.

De acordo com o projeto, o município já realiza a festa do colono há anos com



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Rogério Mendonça

desfile de carros alegóricos enfatizando as origens e homenageando os primeiros colonizadores, e desde 1993 decidiu-se acrescentar ao nome do evento o tema “Origens”.

Segundo o parlamentar, a comemoração do Colono e da Origem em Rio do Campo não pode ser feita separadamente, pois uma está intimamente ligada à outra. Os pioneiros, de origem alemã, polonesa, italiana e brasileira, foram os grandes responsáveis pelo desenvolvimento de um município forte, com raízes e culturas diferentes, justifica.

O projeto também prevê, por parte do Poder Executivo, a implantação de um programa de incentivo ao incremento dos projetos relacionados à preservação da cultura e de outros costumes oriundos da colonização e do produtor rural. “Para manter forte as tradições é preciso que a cultura dos primeiros colonizadores seja preservada e transmitida a nossos filhos”, finaliza.

Assis quer diminuir fila nos bancos

O deputado Francisco de Assis (PT) apresentou projeto de lei com o objetivo de reduzir o tempo de espera nas filas das agências bancárias estabelecidas no Estado, fixando o tempo máximo de permanência na fila em até 20 minutos para dias comuns e até 30 minutos em véspera de feriados prolongados (ou após), obrigando as agências a disponibilizar pessoal suficiente no setor de caixa.

Fruto de reivindicações constantes de usuários, esta matéria traz consigo, além do conforto aos usuários, um benefício social de grande monta, uma vez que as agências bancárias poderão recorrer à contratação de mão-de-obra para atender à demanda, justifica.

A Política Nacional de Relações de Consumo, baseada no Código de Defesa do Consumidor, prevê o atendimento das necessidades básicas dos consumidores, priorizando a melhoria de sua qualidade de vida. Sendo assim, as instituições bancárias devem investir em programas de qualidade e produtividade, a fim de oferecer a seus clientes um nível de atendimento que respeite o direito do consumidor.

Aguiar quer agilizar obras em rodovia

Aprovada indicação ao Governador do Estado, de autoria do deputado Antônio Aguiar (PFL), solicitando providências no sentido de que sejam agilizadas as obras de conclusão do trecho da rodovia Wendelin Metzgr, que liga Canoinhas a Marçílio Dias.

De acordo com o parlamentar, a rodovia necessita de urgente reaparelhamento asfáltico, especialmente onde se situa a Escola Agrícola e o campus da Universidade de Canoinhas, devido ao concentrado tráfego de estudantes.

Além disso, o deputado justificou seu pleito dizendo que o referido trecho escoa toda a produção agrícola da região, principalmente a dos hortifrutigranjeiros, que utilizam intensamente aquele percurso. A região é produtora de madeira, cujo transporte danifica o piso asfáltico, ocasionando o desgaste do leito da rodovia, em especial o do trecho inacabado.

Violência nas escolas

Um programa para a prevenção e combate à violência nas escolas estaduais é o que prevê o projeto do deputado Jaime Duarte (PPS) apresentado na Assembléia. Pela proposta, serão formados grupos de trabalho vinculados às associações de pais, direções de escolas e entidades estudantis para atuar na

prevenção da violência. De acordo com o deputado, é preciso envolver a comunidade e adotar medidas de caráter duradouro, chegando à raiz do problema. Duarte lembrou que os alunos são vítimas de vários tipos de violência, entre elas de predações, furtos de merendas e equipamentos, ameaças e tráfico de drogas.

Qualidade agroindustrial

Aviabilização de convênios, com repasse de recursos financeiros, para atestar a qualidade da fabricação agroindustrial dos produtores da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí foi objeto de indicação feita pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado. Segundo o parlamentar, a aplicação de verba, através de ajustes com instituições de ensino e pesquisa, no custeio dos exames laboratoriais para atestar a qualidade dos produtos de fabricação agroindustrial familiar dos produtores rurais daquela região é de grande importância para o seu desenvolvimento.

Os exames laboratoriais têm por finalidade possibilitar que o agricultor controle a qualidade de sua produção, o que lhe permite acessar o mercado e oferecer produtos e serviços que atendam à legislação vigente.

Entrepósito de mel - Mendonça fez ainda uma indicação ao Governador do Estado sugerindo a implantação de um entreposto de mel no município de Indaial. A apicultura é atividade presente em centenas de propriedades agrícolas da região do Médio Vale do Itajaí, seja como atividade principal, seja como componente que contribui para a estabilidade econômica das famílias.

Explica que a comercialização do mel e seus derivados vem sendo feita de forma isolada pelos apicultores, num processo tradicional, que se mostra cada vez mais inadequado às exigências legais e dos consumidores, por isso a implantação do entreposto é premente, uma vez que visa receber o mel dos associados, proceder ao seu processamento e embalagem final e organizar a comercialização dos produtos.

Reajuste de tarifa da Gerasul

A deputada Ideli Salvatti (PT), presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos da Assembléia, apresentou requerimento solicitando uma audiência, em caráter de urgência, com o Ministro das Minas e Energia para tratar do reajuste

concedido às tarifas da Gerasul e as consequências disso para a Celesc. O pedido de audiência foi deliberado pela referida Comissão em reunião realizada ainda no mês de setembro, à qual compareceram o Secretário estadual da Fazenda e o presidente da Celesc.

Proposições

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Ministro dos Transportes e ao Chefe do 16º DNER/S, solicitando urgentes providências no sentido de liberar a segunda pista da ponte sobre o Rio Itajaí-Açu, na BR-101.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Ministro dos Transportes, à bancada catarinense em Brasília e ao Chefe do 16º DNER/SC, solicitando providências para que sejam procedidos os trabalhos de restauração e conservação da BR-116, no trecho São Cristóvão/Mafra.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a instalação de Casas da Cidadania para atendimento dos municípios integrantes das Comarcas de Ituporanga, Rio do Sul, Taió e Bom Retiro.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a recuperação de trechos da rodovia SC-421, entre os municípios de Presidente Getúlio, Dona Emma, Witmarsum e Vitor Meireles.

Deputado Reno Caramori (PPB) ao Ministro dos Transportes, indagando sobre a situação das obras de duplicação da BR-101 no trecho Biguaçu/Palhoça.

Deputado Onofre Agostini (PFL) à Tim Telesc Celular, solicitando a implantação de telefonia celular em Urupema, com abrangência nos municípios vizinhos de São Joaquim, Paineira, Urubici e Rio Rufino.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, solicitando o acompanhamento da implantação da Usina Termelétrica Sul Catarinense AS, no sentido de viabilizar a isenção de impostos, condição essencial à efetiva concretização do referido projeto.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado, solicitando informações sobre os procedimentos e requisitos a serem cumpridos para inclusão de beneficiários no Programa Banco da Terra.

Deputado Francisco de Assis (PT) à diretoria da Casan, pedindo que faça revisão da tabela de serviços, multas e penalidades referentes à religação do cavalete ou ramal quando do corte do abastecimento d'água por falta de pagamento.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado, solicitando a disponibilização de uma viatura da Polícia Rodoviária Estadual equipada para atendimento de casos de emergência na SC-302, no município de Aurora.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, pedindo inspeção em todo o mel importado da Argentina, anulando, assim, a portaria do Ministério da Agricultura, que permite a isenção da inspeção do produto embalado.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) à Secretária da Educação, solicitando esforços no sentido de providenciar a reforma do Colégio Estadual Annes Gualbert e a construção de uma quadra de esportes, em Joinville.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando medidas urgentes para a continuidade dos serviços de desobstrução, manutenção e operação da Barragem Sul, localizada em Ituporanga.

Deputado Jorginho Mello (PSDB) ao Governador do Estado, indagando quais providências estão sendo tomadas quanto à regulamentação da lei, que dispõe sobre a obrigatoriedade da propaganda de prevenção à Aids e a outros males.

Deputado João Rosa (PTB) ao Governador do Estado, sugerindo a implantação do Programa Biblioteca Pública Itinerante no Estado de Santa Catarina.

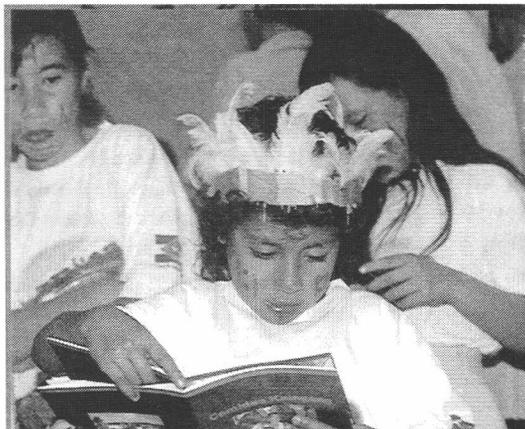
Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado, indagando sobre a distribuição de calcário aos agricultores de Rio do Oeste nos anos de 1999 e 2000.

ESPECIAL

Mostra fotográfica retrata cultura indígena

A Assembléia e o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, realizam de 9 a 16 deste mês, no hall da Casa a mostra fotográfica Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre, sob

o nome "Respeitando a diferença e igualando oportunidades". As fotos de Osvaldo Nocetti e Ricardo Braz revelam a multiplicidade cultural da Reserva



Xaçecó, onde está localizada a escola – única do país a oferecer ensino médio numa comunidade indígena.

Nas fotografias, os autores apresentam as tradições e

costumes dos índios daquela comunidade, como o centro cultural em forma de tartaruga, o ginásio de esportes em forma de

tatu, o prédio escolar em forma de taba, o chão das salas de aula em terra batida e até um fogo de chão para aquecer os alunos durante o inverno.



Três suplentes assumem na AL em janeiro

A partir de 1º de janeiro de 2001, dois deputados do PT e um do PFL assumirão uma cadeira na Assembléia. Irão ficar na vaga dos deputados Ciro Roza (PFL), eleito prefeito de Brusque, Neodi Saretta (PT), que vai administrar o município de Concórdia, e Pedro Uczai (PT), que renuncia para assumir o cargo de vice-prefeito em Chapecó.

O petista Afrânio Boppré, primeiro suplente do partido e ex-vice-prefeito de Florianópolis, ficará na vaga de Neodi Saretta, ficando o segundo suplente, José Paulo Serafim, vereador reeleito em Criciúma, no lugar do deputado Pedro Uczai.

Na verdade, Pedro Uczai não teria necessidade de renunciar ao Legislativo, mas permanecendo na Assembléia, em nenhum momento poderia assumir a prefeitura de Chapecó num eventual afastamento de José Fritsch, pois perderia seu mandato de

parlamentar. Desta maneira, o deputado optou pela renúncia ao cargo, para poder assumir temporariamente a prefeitura de Chapecó caso seja necessário.

O caso do PFL é um pouco mais complicado. Ainda não se sabe quem será o suplente do partido. A eleição de Ciro Roza em Brusque efetivou o deputado Júlio Garcia, primeiro suplente e atual líder da bancada pefelista. No momento o terceiro suplente, Antônio Aguiar, está ocupando a vaga do deputado César Souza, que se encontra licenciado.

O segundo suplente, Antônio Ceron, é o atual secretário do Mercosul, no lugar do deputado federal Paulo Gouvêa da Costa, candidato derrotado à prefeitura de Blumenau. Caso Paulo Gouvêa retorne àquela secretaria, Ceron volta à Assembléia. Se isto não ocorrer, Antônio Aguiar permanece até o retorno de César Souza.

CPE da Febre Aftosa reúne-se em Porto Alegre

Preocupados com a proliferação da doença na região Sul através das fronteiras com Paraguai, Paraná e Argentina, e no Rio Grande do Sul a situação é de risco, os parlamentares da Comissão Parlamentar Externa (CPE) da Febre Aftosa, presidida pelo deputado Olices Santini (PPB), deslocaram-se para a capital gaúcha nesta terça-feira (10) para um encontro com os membros da Comissão Parlamentar Mista da Assembléia Legislativa daquele estado, que tem no comando o deputado Frederico Antunes (PPB).

Segundo Santini, a reunião contou com a presença de

representantes da Comissão Técnica do Instituto Panamericano da Febre Aftosa, os quais repassaram aos parlamentares a situação atual da doença e as recomendações para que possa ser controlada.

Santini informou que a solução para esse problema é de caráter estritamente técnico e que na próxima semana a CPE vai convocar uma reunião com a classe produtora, envolvendo aí agroindústrias, a Associação Catarinense de Suínos e Bovinos, o Sindicato da Carne de SC e o secretário da Agricultura, Odacir Zonta, a qual irá cobrar das autoridades medidas concretas para tornar Santa Catarina área livre de febre aftosa.

Agenda

Dia 16, às 10 horas – Depoimento do vereador Juarez Silveira (PPB) na CPI do Narcotráfico.

Local: Sala das Comissões

Dia 16, às 20 horas – Lançamento do livro "Cidadania, participação e exclusão: uma análise do grau do instrução no eleitorado brasileiro", de Denise Lacerda

Local: Hall da Alesc